

O mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar, no Brasil, no período 1992–2005

Otávio Valentim Balsadi¹

Resumo: O estudo analisa a evolução da qualidade do emprego agrícola direto na cultura da cana-de-açúcar no período 1992–2005. Para a análise foi selecionado um conjunto de indicadores com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), agregados em quatro dimensões: nível educacional dos empregados; grau de formalidade do emprego; rendimento obtido no trabalho principal; e auxílios recebidos pelos empregados. No total, os resultados obtidos para o Brasil mostram importantes avanços na qualidade do emprego para todas as categorias de empregados. Apesar disso, são constatados problemas relevantes que ainda merecem um melhor equacionamento no mercado de trabalho assalariado da cana-de-açúcar, especialmente aqueles relacionados com a exploração e com o desrespeito aos direitos trabalhistas dos empregados temporários.

Palavras-chave: empregado permanente, empregado temporário, emprego agrícola, cana-de-açúcar, Brasil.

Abstract: The article analyzed the evolution of the agricultural employment quality in the sugar cane crop over 1992–2005. For the analysis, a group of indicators was selected based on the National Household Sample Survey (Pnad) data, that considered four dimensions: employees' educational level; employment degree of formality; main work income; and benefits received by the employees. The results showed that important improvements took place in the employment quality in this period for all the workers' categories. In spite of the important progresses in the employment quality, there are still some problems in the salaried labor market in the sugar cane crop, mainly that linked to the labor rights of the temporary employees.

Key-words: permanent employee, temporary employee, agricultural employment, sugar cane, Brazil.

Introdução

A cultura da cana-de-açúcar é a terceira mais importante na agricultura brasileira em termos de área colhida, e fica atrás somente

das culturas de soja e de milho.² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 foram colhidos 5,8 milhões de hectares de cana-de-açúcar. No que se refere ao valor bruto da produção agrícola, no en-

¹Engenheiro agrônomo, doutor e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), otavio.balsadi@embrapa.br

²Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM/IBGE), em 2005 foram colhidos, no Brasil, 23,0 milhões de hectares de soja, e 11,6 milhões de hectares de milho (IBGE, 2005).

tanto, a cana-de-açúcar salta para o segundo lugar, superando, portanto, a cultura do milho. Em 2005, a produção da cana-de-açúcar alcançou o valor de R\$ 13,2 bilhões, contra R\$ 21,8 bilhões da produção de soja, e R\$ 9,5 bilhões da do milho.

Nos últimos anos, houve forte expansão dessa atividade econômica. O comportamento bastante favorável dos mercados nacional e internacional do açúcar e do álcool combustível influenciou positivamente o desempenho da cultura da cana-de-açúcar no período recente. A conquista e a ampliação de mercados internacionais para o açúcar, a recuperação dos preços internacionais dessa *commodity*, o aumento das exportações de álcool combustível após a assinatura do Protocolo de Kyoto e, mais recentemente, o grande aumento das vendas de automóveis com motores *flex* no mercado nacional são fatores que certamente contribuíram para a forte expansão da atividade.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, de 1992 a 2005 houve uma forte expansão da área (38,1%, com taxa anual de crescimento de 2,5%) e da produção (55,8%, com taxa anual de crescimento de 3,5%) da cana-de-açúcar e, em menor intensidade, do rendimento médio da cultura (12,8%, com taxa anual de crescimento de 0,9%). Em 2005, o rendimento médio da cana-de-açúcar era, no Brasil, de 72,8 t/ha (contra 64,6 t/ha em 1992).

Quando se observam as diferenças regionais, é possível perceber que, em termos de participação na área total colhida, o Sudeste ainda continua sendo a maior região produtora. Em 2005, foi responsável por 62,1% da área com cana-de-açúcar no Brasil, o que implica o fato de ele ter aumentado a sua participação no período em questão, pois, em 1992, respondia por 56,4% da área total colhida. Como é sabido, o maior estado produtor de cana-de-açúcar brasileiro está localizado na Região Sudeste: trata-se de São Paulo, que, em 2005, respondeu por 60,2% da quantidade total produzida³ (Fig. 1).

Tabela 1. Evolução da cultura da cana-de-açúcar – Brasil, 1992–2005.

Ano	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
1992	4.202.604	271.474.875	64.597
1993	3.863.702	244.530.708	63.289
1994	4.345.260	292.101.835	67.223
1995	4.559.062	303.699.497	66.614
1996	4.750.296	317.105.981	66.755
1997	4.814.084	331.612.687	68.884
1998	4.985.819	345.254.972	69.247
1999	4.898.844	333.847.720	68.148
2000	4.804.511	326.121.011	67.878
2001	4.957.897	344.292.922	69.443
2002	5.100.405	364.389.416	71.443
2003	5.371.020	396.012.158	73.731
2004	5.631.741	416.256.260	73.726
2005	5.805.518	422.956.646	72.854
Variação (%)	38,1	55,8	12,8
Taxa de crescimento (%a.a.)	2,5	3,5	0,9

Fonte: Produção IBGE-PAM (IBGE, 2005).

A Região Nordeste, que é a segunda maior produtora nacional de cana-de-açúcar, vem perdendo espaço para outras regiões no tocante à expansão dessa cultura. Em 2005, ela foi responsável por 20,0% da área total colhida, contra uma participação de 32,5% registrada em 1992. Além do próprio Sudeste, as regiões Sul e Centro-Oeste também apresentaram crescimento em sua participação na área com cana-de-açúcar. Em 1992, a participação dessas duas regiões era, respectivamente, de 7,2% e de 7,1%, respectivamente, e, em 2005, subiu para 8,1% e 9,7%. Quanto à Região Norte, sua participação ainda é pouco expressiva: em 2005, respondia por apenas 0,2% da área total colhida com a cultura da cana-de-açúcar.

O comportamento observado para a área dedicada à colheita da cana-de-açúcar tem um

³Para se ter uma idéia da diferença de participação do Estado de São Paulo em relação aos demais, vale registrar que o segundo colocado, em 2005, foi o Paraná, cuja participação na quantidade total de cana-de-açúcar produzida no Brasil foi de 7,0%, conforme dados de IBGE/PAM (IBGE, 2005).

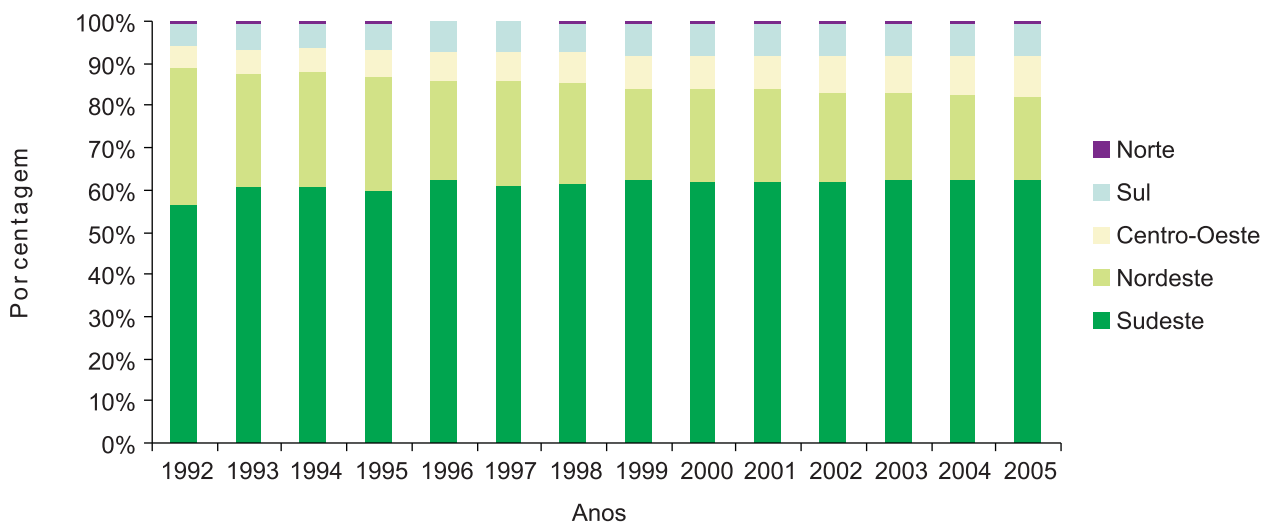


Fig. 1. Evolução da participação das regiões na área cultivada com cana-de-açúcar – Brasil, 1992–2005. Fonte: IBGE (2005).

reflexo direto no quadro verificado para a participação das regiões brasileiras na quantidade produzida. No período analisado, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ampliaram sua participação na produção, ao passo que a Região Nordeste registrou perda relevante, e a Norte manteve sua participação em níveis pouco significativos, ou seja, em torno de 0,2% e de 0,3% (Fig. 2).

Em 2005, 66,4% da quantidade produzida de cana-de-açúcar estava concentrada na Região Sudeste (contra 63,3%, em 1992). A Região Nordeste respondeu por 15,6%, perante uma participação bem mais expressiva registrada em 1992, que foi de 25,3%. Os principais estados produtores da região são Alagoas, Pernambuco e Paraíba, que foram responsáveis, em 2005, por 5,6%, 4,0% e 1,2%, respectivamente, da produção nacional.

Já a participação das regiões Centro-Oeste e Sul foi de 9,6% e de 8,2%, respectivamente, em 2005; valores esses acima daqueles verificados em 1992, quando a participação das duas regiões foi, respectivamente, de 5,5% e de 5,7%. Nessas

regiões, os principais estados produtores são: Mato Grosso e Goiás, na Região Centro-Oeste, cuja participação na produção nacional de 2005 foi de 3,0% e de 3,7%, respectivamente; e Paraná, na Região Sul, com participação de 7,0% no total produzido nesse mesmo ano.

No que se refere ao rendimento médio da cultura, vale destacar que o das regiões Norte e Nordeste está abaixo da média nacional, apesar da evolução verificada no período de 1992 a 2005. Em 2005, os rendimentos observados nas duas regiões foram de, respectivamente, 64,6 t/ha e 57,1 t/ha, que corresponderam a 88,4% e a 77,9% da média brasileira. Aliás, tais rendimentos estão ou abaixo (se comparado aos do Nordeste), ou no mesmo nível (se comparado aos do Norte) da média nacional registrada em 1992, que foi de 64,6 t/ha. As demais regiões apresentaram valores sistematicamente superiores ao da média nacional, cuja *performance* mais estável foi a registrada para a Região Sudeste (Fig. 3).

Em 2005, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Pnad), captou um

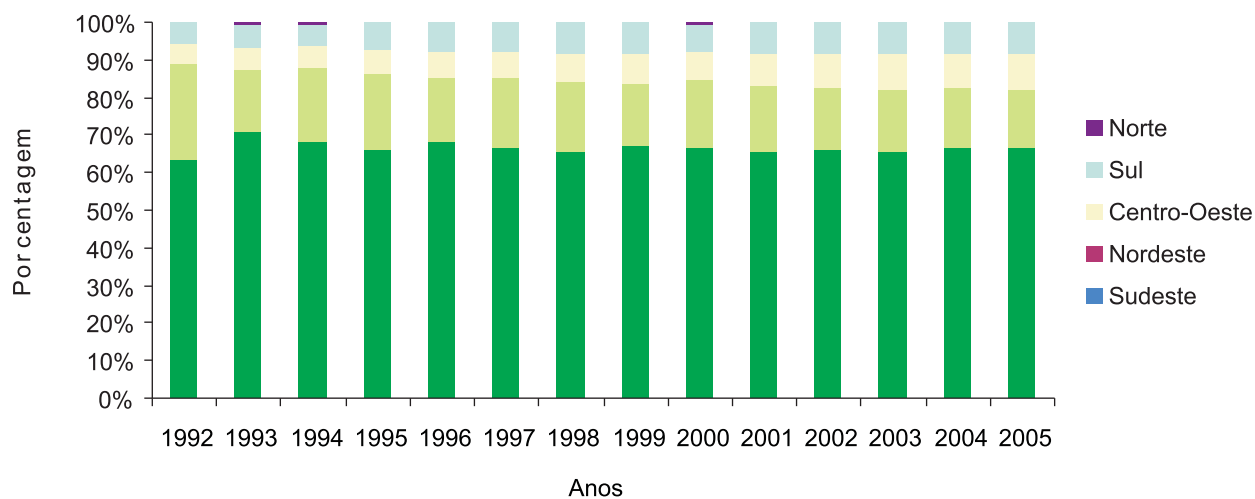


Fig. 2. Evolução da participação das regiões na produção de cana-de-açúcar – Brasil, 1992–2005.

Fonte: IBGE (2005).

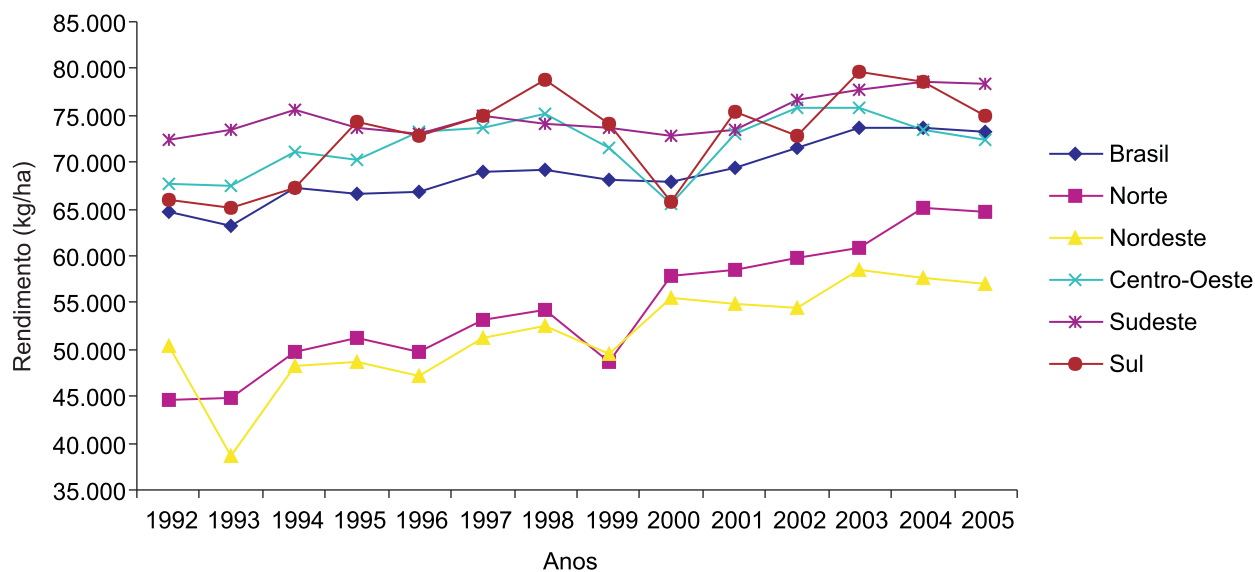


Fig. 3. Evolução do rendimento da cana-de-açúcar no Brasil e nas grandes regiões – 1992–2005.

Fonte: IBGE (2005).

contingente de cerca de 500 mil empregados ocupados diretamente com a cultura da cana-de-açúcar no Brasil. Como, segundo a definição do IBGE (2004), empregado é a pessoa que

trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente se obrigando ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração

em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios – moradia, alimentação, roupas, etc. –, o conjunto desses trabalhadores, ou seja, os empregados, formariam então o mercado de trabalho assalariado nessa atividade. Dependendo do tipo de inserção, e da duração do contrato de trabalho, os empregados podem ser permanentes ou temporários.

O objetivo do presente artigo é, portanto, trazer algumas informações sobre a qualidade do emprego nas atividades agrícolas relacionadas à cana-de-açúcar (emprego agrícola direto), de modo que subsidiem as políticas públicas voltadas para um setor da economia que apresentou – e, ao que tudo indica, continuará apresentando – forte tendência de expansão no futuro próximo, dados os promissores mercados (nacional e internacional) tanto para o açúcar quanto para o álcool combustível.

O mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar

As análises sobre o mercado de trabalho assalariado na cana-de-açúcar mostram tratar-se esse de um mercado com características bastante complexas. Se, por um lado, são facilmente perceptíveis os avanços na qualidade do emprego (sobretudo pela pressão do movimento sindical organizado, e pela fiscalização por parte dos órgãos públicos competentes); por outro lado, assiste-se ainda a fatos relacionados com a exploração e com o desrespeito aos direitos trabalhistas mais elementares dos empregados, especialmente dos trabalhadores temporários.

Os indicadores utilizados na análise da qualidade do emprego no período 1992–2005 foram, com base no estudo de Balsadi (2006), os seguintes: para a análise do nível educacional das pessoas empregadas na cultura da cana-de-açúcar foram selecionados indicadores relacionados a dois aspectos –

alfabetização e nível de escolaridade. Para isto, foram escolhidos os seguintes indicadores: porcentagem de pessoas empregadas não analfabetas ou com mais de um ano de estudo (indalf); e porcentagem de pessoas ocupadas com oito ou mais anos de estudo (indesc).

Na formalidade do emprego, foram selecionados: porcentagem de empregados com idade acima de 15 anos (ninf), o que representa a proporção de trabalhadores não infantis empregada; porcentagem de empregados com jornada semanal de até 44 horas (jorn), o que corresponde à participação dos empregados sem sobretrabalho; porcentagem de empregados com carteira de trabalho assinada (cart); e porcentagem de empregados contribuintes da Previdência Social (prev).

Para o rendimento obtido no trabalho principal foram selecionados a porcentagem de empregados com remuneração acima de um salário mínimo (npob) e o rendimento médio mensal (rend). Nos auxílios recebidos foram selecionados: porcentagem de empregados que recebiam auxílio-moradia (auxmor); porcentagem de empregados que recebiam auxílio-alimentação (auxalim); porcentagem de empregados que recebiam auxílio-transporte (auxtrans); porcentagem de empregados que recebiam auxílio-educação (auxeduc); e porcentagem de empregados que recebiam auxílio-saúde (auxsau).

Entre os principais avanços na qualidade do emprego, podem ser citados a redução do trabalho infantil, o aumento do nível de formalidade, os ganhos reais de salário, o aumento de alguns benefícios recebidos e o aumento da escolaridade dos empregados. De acordo com os dados da Pnad, em 1992 o uso de trabalho infantil chegava, respectivamente, a 14,7% e a 10,8% do total de empregados temporários rurais e urbanos ocupados na cultura da cana-de-açúcar. Em 2005, essa participação caiu para 3,3% e 0,5%, e, no caso

de empregados permanentes não se incluía o trabalho infantil⁴ (Tabela 2).

Na questão da formalidade, chama a atenção o elevado percentual de empregados

com carteira de trabalho assinada, o que gera importantes benefícios para eles em termos de contribuição previdenciária e acesso à aposentadoria. Em 2005, 89,6% dos empregados

Tabela 2. Indicadores de qualidade do emprego para os empregados permanentes e os empregados temporários da cultura da cana-de-açúcar – Brasil, 1992–2005.

Indicador	Empregado permanente (em %)						Empregado temporário (em %)					
	Urbano			Rural			Urbano			Rural		
	1992	2001	2005	1992	2001	2005	1992	2001	2005	1992	2001	2005
Educação												
Indalf	61,7	74,1	74,6	43,9	45,9	60,1	62,8	70,6	76,0	43,0	55,8	66,2
Indesc	1,5	6,6	14,2	1,9	2,8	5,0	0,2	2,9	9,7	0,3	2,0	7,4
Formalidade												
Ninf	96,3	99,2	100,0	91,4	98,6	100,0	89,2	98,4	99,5	85,3	95,1	96,7
Jorn	37,3	37,3	33,0	36,2	48,7	50,9	40,0	35,8	29,1	45,5	56,9	46,2
Cart	75,3	90,5	89,6	60,3	65,4	68,4	47,9	63,8	73,9	19,3	26,8	47,1
Prev	65,0	91,4	90,3	48,9	66,0	68,8	45,9	64,8	74,5	18,8	28,2	47,8
Rendimento												
Npob	57,6	73,1	61,8	41,8	43,4	31,1	44,9	56,3	48,5	26,7	23,2	28,1
Rendc ⁽¹⁾	399,37	438,30	537,24	294,98	296,88	346,95	295,79	361,56	436,60	225,85	229,36	309,76
Auxílio												
Auxmor	8,8	3,3	2,7	60,6	58,7	53,9	4,5	4,8	8,3	22,5	20,8	18,7
Auxalim	4,8	12,3	16,5	3,4	2,8	7,5	1,8	9,6	16,1	5,5	6,3	8,4
Auxtrans	41,6	58,7	76,4	11,2	27,6	32,7	63,1	65,1	71,6	36,4	21,3	30,1
Auxeduc	0,5	0,5	0,8	0,3	1,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,5
Auxsau	12,8	13,5	24,2	8,3	2,6	5,9	6,5	8,0	14,2	2,7	5,7	6,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir de microdados da Pnad.

⁽¹⁾ Rendimento médio mensal, em R\$, corrigido pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), do IBGE, para dezembro de 2005.

⁴ Se, para a População Economicamente Ativa (PEA), que, conforme definição do IBGE, compõe-se de pessoas com idade acima dos 10 anos, era baixa a participação do trabalho infantil, os dados analisados por Graziano da Silva e Del Grossi (2000) permitem inferir que também para as crianças de 5 a 9 anos a participação na atividade seja pouco representativa. Isso porque, segundo os autores, "(...) our attention is drawn to the fact that more than half of the working children between the ages of 5 and 9 and living in urban areas were engaged in unpaid family labor. The rate is even higher for rural areas, reaching almost two thirds. In other words, almost two out of three laboring children residing in rural areas – considered in the Pnad as working one or more hours per week – were engaged in unpaid activities within the family. Furthermore, another 19% of the children between the ages of 5 and 9 residing in urban areas and 32% of those residing in rural areas were engaged exclusively in activities linked to family subsistence and/or building of the family home. This means that 73% of the children between ages 5 and 9 residing in urban areas and 95% of those residing in rural areas were engaged in exclusively domestic or familial activities" (Ibidem, p. 4-5). Se se levar em conta uma jornada mínima de 15 horas por semana, ao contrário do critério de pelo menos 1 hora semanal, o número de crianças consideradas no trabalho infantil, nessa faixa de idade, cai significativamente em relação às estimativas anteriores, ou seja, cai de um total de 402 mil para 164 mil crianças no Brasil, incluídas aí todas as atividades agrícolas e não-agrícolas.

permanentes com residência urbana tinham registro em carteira (contra 75,3%, em 1992). Para os permanentes rurais, temporários urbanos e temporários rurais, os valores foram 68,4%, 73,9% e 47,1%, respectivamente (contra 60,3%, 47,9% e 19,3%, em 1992). Certamente, a cultura da cana-de-açúcar é uma das atividades com maior nível de formalidade do emprego, em todas as categorias de empregados (permanentes e temporários, urbanos e rurais), pois, segundo dados da Pnad, em média 32,1% dos empregados na agricultura brasileira tinham carteira assinada em 2005. Como consequência da maior formalidade do emprego, no período 1992–2005 também a

participação dos empregados contribuintes da Previdência Social aumentou significativamente.

Quanto aos ganhos reais de salário, verificou-se que no período 1992–2005 eles foram de 34,5%, para os empregados permanentes com residência urbana; de 17,6%, para os permanentes rurais; de 47,6%, para os temporários urbanos; e de 37,2% para os temporários rurais. Ainda de acordo com a Pnad, em 2005 o salário médio mensal de um empregado permanente, com residência urbana e ocupado com a cana-de-açúcar, era de R\$ 537,24. Já para o permanente rural, era de R\$ 346,95, ao passo que, para os temporários urbanos e rurais era de R\$ 436,60 e de R\$ 309,76, respectivamente. Apesar disso, ainda era elevada, em 2005, a participação dos empregados que recebiam menos de um salário mínimo por mês: 38,2%, para os permanentes urbanos; 68,9%, para os permanentes rurais; 51,5%, para os temporários urbanos; e 71,9% para os temporários rurais.

No que diz respeito aos benefícios recebidos, vale destacar o crescimento dos auxílios alimentação, transporte e saúde para, praticamente, todas as categorias. Pode-se notar, também, o fato de ter melhorado o nível educacional dos empregados. Segundo dados da Pnad, 14,2% dos empregados permanentes com residência urbana tinham, em 2005, escolaridade acima dos oito anos de estudo (contra apenas 1,5%, em 1992). Para os permanentes rurais, os temporários urbanos e os temporários rurais, os valores foram 5,0%, 9,7% e 7,4%, respectivamente (contra apenas 1,9%, 0,2% e 0,3%, em 1992). A redução do analfabetismo entre os empregados foi de tal forma considerável no período em questão que, em 2005, 74,6% dos permanentes urbanos, 60,1% dos permanentes rurais, 76,0% dos temporários urbanos, e 66,2% dos empregados temporários rurais eram alfabetizados ou tinham mais de um ano de estudo.

Dos indicadores selecionados para a análise do mercado de trabalho assalariado, o

principal problema reside ainda na jornada semanal de trabalho, especialmente para os empregados temporários ocupados na colheita manual da cana-de-açúcar. Como são pagos por produtividade, os cortadores de cana se submetem a uma extensa rotina de trabalho para ganhar mais do que o piso salarial, que fica em torno de R\$ 300,00 a R\$ 400,00, para uma média de seis toneladas de cana cortadas por dia. Para ganhar mais, os trabalhadores cortam uma quantidade diária bem maior de toneladas de cana.

De fato, os dados da Tabela 2 permitem observar que apenas 29,1% dos empregados temporários com residência urbana tinham, em 2005, jornada regular de trabalho (contra 40,0% em 1992). Para os temporários rurais, a participação foi de 46,2% (muito próxima daquela registrada em 1992, mas inferior àquela de 2001, que foi de 56,9%). Mesmo entre os empregados permanentes, o quadro de sobretrabalho é preocupante: apenas 33,0% dos residentes urbanos e 50,9% dos rurais tinham jornada regular em 2005.

Essa ampliação perversa do sobretrabalho na colheita da cana já era apontada em estudos dos anos 1990, como, por exemplo, o de Graziano da Silva (1997):

(...) há uma clara relação inversa entre a queda do valor pago pela cana e a quantidade de cana cortada e amontoada por trabalhador por dia. Isso reflete, de um lado, a tentativa dos canavieiros de compensarem o seu ganho diário intensificando a jornada de trabalho. De outro, mostra que as alterações no processo de corte da cana-de-açúcar introduzidos na região trouxeram efetivamente os benefícios esperados pelos usineiros. Além da polêmica mudança no sistema de corte de 5 para 7 ruas, proibido pelo Acordo de Guariba, em 1984, mas que gradativamente foi sendo imposto de novo na região, os usineiros de Ribeirão Preto conseguiram implantar ao longo dos anos 80 sistemas informatizados que permitem o controle individualizado dos trabalhadores, facilitando a seleção dos melhores, seja em

termos de produção, seja em termos de submissão e docilidade (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 157-158).

As informações, que cobrem uma longa série histórica sobre a remuneração do corte manual de cana no Estado de São Paulo, mostram com clareza o problema abordado (Fig. 4).

Depois de um patamar em torno de quase dez reais (por dia), entre o final da década de 1970 e o início da de 1980, tal remuneração tem-se situado em torno de 7 reais na atualidade, mas isto graças à enorme elevação do rendimento médio do corte em toneladas por dia, o qual passou de 3, em 1969, para 8 toneladas, em 2005. Estima-se que na atual safra (2006/07) a

média atingirá dez toneladas (RAMOS, 2006, p. A3).

Com jornadas de trabalho tão extensas, de modo que se possa obter melhores salários, fica comprometida a busca pela redução de acidentes de trabalho. Por isso, as negociações entre empresários e sindicatos, bem como entre empresários e trabalhadores, deveriam ter como um dos focos principais a questão da remuneração do corte manual da cana-de-açúcar, pois é evidente a baixa remuneração por tonelada de cana cortada, que só declinou em valores reais nos últimos anos (Fig. 4).

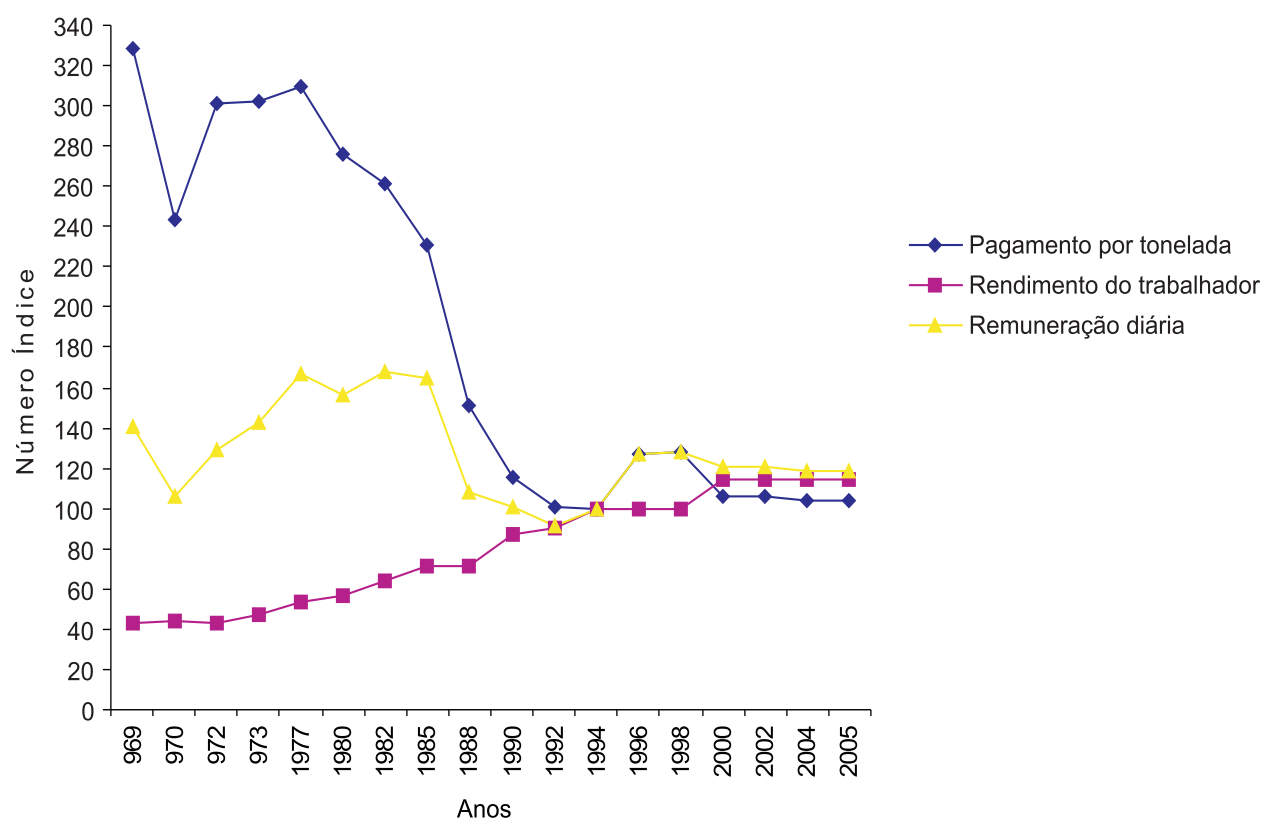


Fig. 4. Evolução da remuneração do corte manual da cana-de-açúcar – Estado de São Paulo, 1969–2005. (Índice de julho de 1994 = 100).

Fonte: Ramos (2006).

Considerações finais

O presente artigo analisou a qualidade do emprego no mercado brasileiro de trabalho assalariado da cultura da cana-de-açúcar no período 1992–2005. Os resultados obtidos mostraram importantes avanços na qualidade do emprego para todas as categorias de empregados, principalmente nos indicadores ligados à redução do trabalho infantil, ao aumento do nível de formalidade, aos ganhos reais de salário, ao aumento de alguns benefícios, e à elevação do nível de escolaridade dos empregados.

No entanto, apesar de constatar avanços o estudo constatou também problemas relevantes, os quais merecem ainda um melhor equacionamento, destacadamente aqueles relacionados com a exploração e com o desrespeito aos direitos trabalhistas dos empregados – principalmente dos empregados temporários – relativos à extensa jornada e às condições adversas de trabalho.

Para tal equacionamento, o conjunto de ações, a seguir citado, deve constar na agenda das políticas públicas, assim como fazer parte de iniciativas do setor privado:

- Fiscalização, por parte de órgãos competentes (nacionais, estaduais e municipais), nas empresas agrícolas, para evitar que cometam abusos e desrespeitos contra os direitos sociais e ambientais, e obrigá-las a melhor cumprir a legislação trabalhista.

- Eliminação do processo de terceirização da mão-de-obra temporária para a colheita manual da cana-de-açúcar usado, por algumas usinas, por intermédio dos chamados “gatos”, de forma que situações de exploração dos trabalhadores sejam evitadas, principalmente a exploração dos migrantes de regiões brasileiras muito pobres⁵. Vale dizer que essa orientação já vem sendo reiterada pela União de Indústrias da Cana-de-Açúcar (Unica) nas usinas a ela associadas.

- Proposição de novas formas de remuneração para os cortadores de cana, para

que sejam mais bem equacionadas as relações entre piso salarial e pagamento por produtividade.

- Ampliação da participação dos movimentos sociais organizados, como os sindicatos, por exemplo, nas negociações coletivas, para a obtenção de contratos de trabalho mais dignos, especialmente para os empregados temporários.

- Formação da mão-de-obra para atividades agrícolas e não agrícolas ligadas ao complexo sucroalcooleiro: ainda é preciso melhorar muito a atuação dos órgãos responsáveis pela formação e qualificação da mão-de-obra para a agricultura brasileira, em geral, pois as mudanças tecnológicas, as inovações institucionais e as alterações no processo produtivo que estão em curso têm exigido um novo perfil de trabalhador.

- Dedicção de uma atenção especial para a melhoria das condições de trabalho dos empregados temporários agrícolas, de modo que se reduzam as desigualdades em suas relações trabalhistas comparativamente às dos empregados permanentes, utilizando-se, para isso, as possibilidades abertas com as discussões referentes às iniciativas em andamento, como, por exemplo: os consórcios de produtores rurais para contratação formal e conjunta da mão-de-obra; a permissão de contratos por tempo determinado e a tempo parcial; além das reformas sindical e trabalhista que estão sendo elaboradas e discutidas pelo governo, congresso nacional, trabalhadores e empresários.

Como o cenário futuro é de forte expansão da demanda nacional e internacional pelo etanol, as exigências – principalmente por parte dos importadores – por certificações que levem

⁵ Ver, por exemplo, o caso registrado por Pauda (2007). Nessa reportagem, mostra-se que, após denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Pastoral do Migrante, 43 trabalhadores vindos do Estado do Maranhão (por intermédio de um “gato” que traz mão-de-obra para usinas do interior de São Paulo) foram encontrados, pela Polícia Civil e Vigilância Sanitária, em condições subumanas, sem trabalho e sem dinheiro, em uma casa no município de Guariba. “Eles não tinham como tomar banho, dormiam em colchões muito finos e, como o espaço era pequeno, dormiam até em três em um colchão de casal. Já fiz várias vistorias, mas esta foi a pior situação que vi, afirmou Douglas dos Santos, coordenador da Vigilância Sanitária em Guariba”. Segundo o representante do Ministério Público, Mário Antônio Gomes, o “gato” lucra no aluguel da casa, na produção do trabalhador, e até mesmo na alimentação, o que configura ação criminoso.

em conta a responsabilidade social e ambiental das empresas propiciarão uma mudança de mentalidade no setor. As empresas que não mecanizarem a colheita, com o fim das queimadas, e continuarem utilizando mão-de-obra temporária no corte da cana certamente terão que rever o padrão de qualidade de emprego e de condições de vida de seus trabalhadores, sob pena de perderem espaço no mercado.

No Estado de São Paulo, maior produtor nacional, a Unica assinou um protocolo de intenções com o governo estadual com o objetivo de antecipar, de 2021 para 2014, o fim das queimadas nas áreas mecanizáveis. Para as áreas não-mecanizáveis, com inclinação acima de 12,0%, o acordo prevê também uma antecipação, de 2031 para 2017 (BRITO, 2007). As usinas e os produtores de cana que aderirem ao acordo de antecipação dos prazos receberão um certificado de conformidade ambiental.

As estimativas do setor apontam para a redução de 165 mil empregos diretos no Centro-Sul com a mecanização da colheita da cana. Isso coloca um grande desafio para as políticas públicas no sentido de construir alternativas de ocupação e de renda para os trabalhadores deslocados da colheita manual, os quais têm, em geral, um nível de escolaridade e de qualificação inferior àquele normalmente exigido em outras atividades econômicas. Por isso, além de incentivar novas atividades agrícolas e não-agrícolas nas regiões canavieiras, com vistas em dinamizar e em diversificar as economias locais, será preciso também um esforço

adicional para preparar os trabalhadores para essas novas atividades; caso contrário haverá o risco de tais trabalhadores serem deslocados da colheita da cana e ficarem desempregados, o que terá reflexos sociais muito negativos em vários municípios brasileiros.

Referências

- BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 2006. (Tese de Doutorado).
- BRITO, A. Canaviais de SP devem eliminar queimada até 2014. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 2007, Caderno Economia & Negócios.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. Child labor in Brazil: a rural and agrarian problem? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL E IRSA WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Sober, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Maceió: Edufal, 1997.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Penad)**, Rio de Janeiro, v. 24, 2004, 27 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, 2005.
- PAUDA, J. de. Polícia vê lavradores em condição subumana em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. B7, 19 maio 2007.
- RAMOS, P. A queima de cana: uma prática indefensável. **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, p. A3, 15 ago. 2006.